



Sociedade Portuguesa de Inovação

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]**

1. Augusto Eduardo Guimarães de Medina, titular do BI nº 988618 emitido em 26/10/2006 no Porto residente em Rua da Vilarinha 355, Casa 29, 4100-514 Porto e Mónica Leonor Moreira Coelho, titular do Cartão do Cidadão nº 8916329, válido até 01/07/2019, residente em Rua Comandante Faria da Costa, nº 41, r/c, 5, 4470-219 Maia, na qualidade de representantes legais da Sociedade Portuguesa de Inovação – Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A., com número de identificação fiscal nº 503821012 e sede em Avenida Marechal Gomes da Costa, 1376, 4150-356 Porto, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste directo refª. 064_AJD_SA_17 - Elaboração do (Masterplan) da Zona do Interface Modal de Transportes e Áreas Envolventes incluindo a Requalificação Urbana da Várzea, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declaram também que a sua representada executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo:
 - a) Proposta de prestação de serviços
3. Declaram ainda que a sua representada renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declaram, sob compromisso de honra, que:
 - a) A sua representada não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) A sua representada tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) A sua representada tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) A sua representada não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º

Sociedade Portuguesa de Inovação – Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.

Avenida Marechal Gomes da Costa, nº 1376, 4150-356 Porto – Portugal

Tel. 351.22.607 64 00 – Fax 351.22.609 91 64 – e-mail spiporto@spi.pt – www.spi.pt



Sociedade Portuguesa de Inovação

- 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) A sua representada não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - h) A sua representada não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestaram, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.
5. Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

Sociedade Portuguesa de Inovação – Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.

Avenida Marechal Gomes da Costa, nº 1376, 4150-356 Porto – Portugal

Tel. 351.22.607 64 00 – Fax 351.22.609 91 64 – e-mail spiporto@spi.pt – www.spi.pt



Sociedade Portuguesa de Inovação

7. Os declarantes têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra – ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 11 de dezembro de 2017

(Augusto Eduardo Guimarães de Medina)

(Mónica Leonor Moreira Coelho)